De ter sido rectificada a Portaria n.º 894-B/85, do Ministério da Indústria e Comércio, que actualiza o preço da venda de energia eléctrica, publicada no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série, n.º 270, de 23 de Novembro de 1985.

De ter sido rectificada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 56-A/85, que exonera e nomeia em sua substituição os governadores civis, publicada no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série, n.º 289, de 16 de Dezembro de 1985.

De ter sido rectificada a Resolução da Assembleia Regional n.º 21/85/A, da Região Autónoma dos Açores, que autoriza várias alterações aos anexos I e II do orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1985, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 242, de 21 de Outubro de 1985.

De ter sido rectificada a declaração de transferências de verbas no montante de 66 075 contos do ex-Ministério da Qualidade de Vida, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 17 de Dezembro de 1985.

De ter sido rectificada a declaração de transferências de verbas da 2.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do Ministério das Finanças, no montante de 25 188 000 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 285, de 11 de Dezembro de 1985.

De ter sido rectificada o Decreto-Lei n.º 393/85, do Ministério da Indústria e Energia, que aprova o Regulamento de Segurança de Instalações Eléctricas de Parques de Campismo e de Marinas (RPCM), publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 232, de 9 de Outubro de 1985.

De ter sido rectificada o Decreto-Lei n.º 444/85, do Ministério da Educação, que define o regime jurídico do pessoal não docente dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Aveiro, Coimbra, Lisboa e Porto e aprova os respectivos quadros de pessoal, publicado no suplemento ao *Diário da República*, 1.ª série, n.º 245, de 24 de Outubro de 1985.

De ter sido rectificada o decreto-lei e seus anexos, do Ministério das Finanças e do Plano, que estabelece o regime a que ficam sujeitas as transacções e transferências respeitantes às operações de importação e exportação de capitais efectuadas entre pessoas residentes em território nacional e em outros Estados membros da Comunidade Económica Europeia, publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 180 e suplemento, de 27 de Agosto de 1985.

De ter sido rectificada o Decreto-Lei n.º 479/85, do Ministério do Trabalho e Segurança Social, que fixa as substâncias, os agentes e os processos industriais que comportam risco cancerígeno, efectivo ou potencial, para os trabalhadores profissionalmente expostos, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 261, de 13 de Novembro de 1985.

De ter sido rectificada a declaração de transferências de verbas do ex-Ministério da Educação, no montante de 123 403 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 290, de 17 de Dezembro de 1985.

De ter sido rectificada a declaração de transferências de verbas da 12.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública junto do ex-Ministério do Mar no montante de 13 405 contos, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 283, de 9 de Dezembro de 1985.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Resolução da Assembleia da República n.º 9/86

Inquérito parlamentar sobre a actuação do Ministério da Agricultura quanto à Reforma Agrária

A Assembleia da República resolve, nos termos dos artigos 169.º, n.º 4, e 181.º da Constituição, da Lei n.º 43/77, de 18 de Junho, e dos artigos 251.º e seguintes do Regimento, o seguinte:

1 — Constituir uma comissão parlamentar de inquérito com o objectivo genérico de apreciar as situações

pendentes, os actos e as omissões do Ministério da Agricultura e serviços dele dependentes no que respeita à Reforma Agrária, designadamente sobre a sua conformidade com a lei.

2 — No exercício do seu mandato, compete à comissão, numa primeira fase:

- a) Realizar um exame processual e legal aos actos administrativos do Ministério da Agricultura, em particular aos casos apresentados, até esta data, à Assembleia da República por peticionários e interessados;
- b) Proceder a uma avaliação das situações relativas a casos cujos processos foram apreciados pelo Supremo Tribunal Administrativo e sobre os quais este lavrou acórdãos pondo em causa a regularidade ou legalidade dos processos administrativos, particularmente em relação àqueles em que se verifique eventual reabertura dos processos ou eventual inexecução dos acórdãos.

3 — O presente inquérito parlamentar, no que respeita ao número anterior, deverá, especialmente, averiguar:

- a) Eventuais casos de:

Falta de fundamentação de facto e de direito dos actos administrativos;

Devolução de toda a terra aos antigos proprietários sem que fosse feita sob a forma de portaria, como impõem os artigos 26.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 81/78, de 29 de Abril;

Não produção de prova nos termos do artigo 6.º do mesmo decreto-lei;

Admissão de requerimentos de reserva fora do prazo (artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 81/78, de 29 de Abril), cujo limite máximo foi 30 de Junho de 1978, utilizando o expediente de não aposição da data de entrada no respectivo requerimento;

Falta de notificações previstas nos artigos 10.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 81/78 e no artigo 34.º da Lei n.º 77/77, de 29 de Setembro;

- b) Eventuais ilegalidades materiais devidas a:

Atribuição de reserva em terra expropriada e cultivada por cooperativas com a área máxima permitida pelo artigo 22.º da Lei n.º 77/77 estando o antigo proprietário na posse de outros prédios situados na zona e sendo dono deles;

Atribuição de eficácia às doações e às vendas de terras praticadas com intenção de subtrair essas terras às medidas de reforma agrária, com infracção do artigo 24.º da Lei n.º 77/77;

Atribuição de majorações indevidas da área de reserva, com infracção do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 77/77;

Exclusão de benfeitorias para efeitos de pontuação da reserva sem observância do limite máximo de rendimento previsto no artigo 31.º, n.º 4, da Lei n.º 77/77;

Atribuição de mais de uma reserva a marido e mulher, herdeiros e comproprietários, contra o disposto no artigo 32.º da Lei n.º 77/77;

Atribuição de reservas autónomas a rendeiros e usufrutuários em vez de lhes ser atribuído o direito de arrendamento ou de usufruto relativamente à área de reserva atribuída ao antigo proprietário, com infracção do artigo 37.º da Lei n.º 77/77.

4 — Compete à comissão proceder, numa segunda fase, a uma avaliação global das medidas adoptadas pelo Ministério da Agricultura face à legislação sobre a Reforma Agrária, nomeadamente através dos seguintes meios:

a) Inspecção técnica, económica e legal a um número representativo de empresas e explorações agrícolas da zona de intervenção da Reforma Agrária, incluindo uma amostragem de: grandes empresas não expropriadas nem ocupadas; grandes empresas ocupadas e não expropriadas; empresas expropriadas mas que se mantêm na posse dos seus antigos proprietários; reservas demarcadas e atribuídas; majorações atribuídas; reservas entregues com e sem tratamento unitário dos indivisos; cooperativas e unidades colectivas de produção; parcelas entregues a pequenos e médios agricultores e ulteriormente retiradas;

b) Avaliação das situações relativas a indemnizações e compensações pagas ou devidas por medidas de expropriação, devolução e requisição decorrentes da Reforma Agrária.

5 — Numa terceira fase, compete à comissão proceder a uma avaliação exaustiva das situações de facto quanto às áreas abrangidas pelas diversas formas de empresas agrícolas, número e natureza das empresas e situação perante a Lei n.º 77/77.

6 — Nos termos do n.º 2 do artigo 11.º da Lei n.º 43/77, de 18 de Junho, a comissão poderá apresentar relatórios separados sobre cada um dos n.ºs 2, 4 e 5.

7 — De acordo com as disposições legais e regimentais em vigor, a comissão poderá dotar-se dos meios necessários à execução do seu mandato, nomeadamente através da requisição e destacamento de técnicos qualificados ou da aquisição de serviços especializados.

8 — O prazo de conclusão da primeira fase do inquérito é de três meses, devendo o relatório final, incluindo os relativos às segunda e terceira fases, ser apresentado no prazo de seis meses.

9 — A comissão terá a seguinte composição:

PSD — 8 deputados;
PS — 5 deputados;
PRD — 4 deputados;
PCP — 3 deputados;
CDS — 2 deputados;
MDP/CDE — 1 deputado.

Aprovada em 13 de Março de 1986.

O Vice-Presidente da Assembleia da República, em exercício, *Carlos Cardoso Lage*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 109/86

de 29 de Março

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Finanças, criar no quadro de pessoal da Direcção-Geral do Turismo, constante do mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 32/82, de 3 de Junho, um lugar de assessor, letra B, nos termos do artigo n.º 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho, a extinguir quando vagar.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças.

Assinada em 13 de Março de 1986.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*. — O Ministro das Finanças, *Miguel José Ribeiro Cadilhe*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIAS DE ESTADO DO ORÇAMENTO E PARA OS ASSUNTOS FISCAIS

Portaria n.º 110/86

de 29 de Março

Ao abrigo do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 191-F/79, de 26 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Secretários de Estado do Orçamento e para os Assuntos Fiscais, criar no quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas, anexo à Portaria n.º 864/85, de 15 de Novembro, um lugar de reverificador assessor, letra C, a extinguir quando vagar.

Secretarias de Estado do Orçamento e para os Assuntos Fiscais.

Assinada em 11 de Março de 1986.

O Secretário de Estado do Orçamento, *Rui Carlos Alvarez Carp*. — O Secretário de Estado para os Assuntos Fiscais, *José de Oliveira Costa*.

Despacho Normativo n.º 26/86

Considerando que o Decreto-Lei n.º 443/85, de 24 de Outubro, determina a aplicação do regime constante do Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho (Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico), ao pessoal docente dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Aveiro, Lisboa, Porto e Coimbra;

Considerando que o Despacho Normativo n.º 6/85, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 16, de 20 de Janeiro de 1986, fixou as quotas de descongelamento do pessoal docente a admitir por aqueles estabelecimentos no corrente ano lectivo, com base nas categorias da carreira prevista no Decreto-Lei n.º 132/70, de 30 de Março;